



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 2743265/2025 - COORDENADORIA DE PROJETOS**

Conforme processo eletrônico nº 7002307-71.2021.8.08.0000, as contratações devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's), atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 40/2020, tal como estabelece a Norma Introdutória NP 01.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP, importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos a serem adquiridos, de acordo com sua natureza, além de analisar as aquisições anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e recebimento e utilização dos materiais/equipamentos.

Orientações para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em ["Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01](#) - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

**1- INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

**Número do processo administrativo:**

7003516-36.2025.8.08.0000 - Ata de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sinalização visual do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

**Área requisitante:**

Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

**2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:**

Considerando a modernização da identidade visual do Tribunal de Justiça que substituiu o brasão judiciário por uma logo, mais moderna e que conversa com as necessidades dos novos tempos digitais;

Considerando a assinatura do contrato do Tribunal de Justiça com Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e implementação do programa de modernização do Poder Judiciário, a ser implementado em 5 anos, através de um Empréstimo Específico de Investimento - ESP dos quais 80% dos recursos financiados pelo banco e 20% financiados pelo TJES. Os objetivos gerais do programa são eficiência e inovação, de modo a ampliar qualitativamente o acesso à justiça, e aumentando a eficiência operacional da Justiça através da modernização de processos;

Considerando que para atingir a entrega de uma justiça mais acessível e eficiente são necessários um conjunto de ações articuladas, a sinalização visual mostra-se como um instrumento para materialização destes objetivos, na medida em que orienta e comunica com facilidade, de forma equânime, as instalações das unidades do Poder Judiciário;

Considerando a implementação do processo judicial eletrônico - PJE, que reduziu a necessidade de espaço para acomodação de arquivos físicos, em decorrência da digitalização dos processos judiciais, alterando a necessidade de espaços e mudando a configuração da ambientação dos espaços dos cartórios;

Considerando a implementação das Secretarias Unificadas, que transformou os cartórios antes separados por matérias em salas distintas, agora em unidades centralizadas em um mesmo espaço onde a divisão é apenas por tarefa, alterando novamente a dinâmica de utilização dos espaços dos cartórios;

Considerando que o PJE e as Secretarias unificadas impactaram, de forma substancial, a remodelação da ambientação dos espaços das unidades judiciárias, provocando mudanças na acomodação de servidores e uso dos espaços da prestação jurisdicional;

Considerando que existem solicitações recorrentes, tanto de servidores como magistrados, de placas para sinalização visual das unidades judiciárias através de processos SEI e chamados da central assyst. A equipe técnica em visita à unidades judiciárias, observou a necessidade de dotar os espaços de sinalização visual para melhor orientação, direcionamento de fluxos de pessoas e adequada circulação dos jurisdicionados. Notou-se ainda que em alguns locais as placas de sinalização visual estão desgastadas pelo uso no decorrer do tempo ou estão danificadas precisando de substituição. Em outros locais não há sinalização existente para orientar, informar e direcionar as necessidades de comunicação e uso dos espaços.

Considerando que as unidades judiciárias necessitam comunicar de forma clara e inequívoca o uso do seu espaço através de um conjunto de placas de sinalização visual, a qual orientará a circulação dos espaços e o acesso às atividades prestadas nesses ambientes.

Considerando o propósito funcional de identificar, e orientar espaços, a padronização dessa sinalização visual auxilia na construção e consolidação de uma imagem institucional frente à sociedade de uma Justiça eficiente, mais moderna e eficaz.

Analisado o contexto, a necessidade da contratação de placas de sinalização visual serve ao propósito de padronizar a sinalização visual de todo o Poder Judiciário. Esta contratação visa à orientação, segurança, informação e identificação de espaços, tanto para o público quanto para colaboradores de maneira uniforme, simples e legível. A comunicação visual uniforme facilitará o acesso à justiça na orientação dos espaços públicos.

Placas de sinalização visual em edifícios públicos proporcionam benefícios como a melhora da circulação e orientação de visitantes e funcionários, a garantia da segurança (especialmente em emergências e áreas de risco), o cumprimento de normas de acessibilidade e a criação de uma experiência positiva e acolhedora para o público.

A Secretaria de Engenharia dará andamento a esta demanda por meio de uma ata de registro de preço, para fornecimento de placas, que atendam à diversas necessidades de funcionamento das unidades judiciárias. Estas placas tem por objetivo uma comunicação clara e inequívoca para os usuários além de propor uma padronização na comunicação visual do Tribunal de Justiça do ES.

Optou-se por ata, também, como forma de reduzir o número de licitações que são custosas, devido à necessidade de mudanças constantes de localização de setores em decorrência das decisões da Alta Administração. A opção por ata melhora o planejamento e agiliza a contratação, além de parcelar o fornecimento de placas ao longo do prazo de vigência da ata como forma de diluir os custos durante o exercício financeiro.

A contratação destas placas de sinalização visual, via ata de registros de preços, torna necessária a elaboração de manual de sinalização visual institucional, que contém diretrizes e orientações de projeto de placas, para subsidiar a contratação de peças que atendam as demandas existentes de sinalização do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Dessa forma, a necessidade da sinalização visual, sob o ponto de vista do interesse público, reside na garantia da segurança, fluidez e organização da circulação de pessoas, bem como na informação e orientação aos cidadãos.

### **3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A empresa contratada deverá possuir experiência no ramo de comunicação visual, com foco em produção de material de sinalização: placas, totens, adesivos e serviços correlatos.

Exigência de apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica operacional em serviços similares ao objeto. A capacidade técnica-profissional será comprovada por meio da apresentação de um ou mais responsáveis técnicos pelos serviços (integrante de equipe técnica), com formação superior, tecnológica ou técnica na área de Design Gráfico, Arquitetura ou correlato, sem necessidade de apresentação de certidões ou registros específicos, apenas da comprovação de vínculo e formação.

A contratada deverá manter limpos e organizados os locais de trabalho, não sendo admitidos resíduos de sua atividade, que deverão ser adequadamente destinados.

A contratada deverá revisar, junto ao contratante, o material previamente à sua produção para minimizar erros evitáveis.

Após estudo, entende-se que a presente contratação deve ser julgada e adjudicada por menor preço global tendo em vista que há uma grande quantidade de itens interrelacionados que, apesar de divisíveis e poderem ser prestados por diversas empresas, se referem a um mesmo projeto de sinalização.

A operacionalização de um ambiente com várias empresas contratadas poderia conduzir a um cenário desvantajoso, tendo em vista que aumentaria, dentre outros, o risco de placas serem produzidas com diferenças de resolução e tonalidade pelo simples fato de serem usadas impressoras e materiais de diferentes fabricantes (apesar de dentro das especificações), além de ensejar maiores esforços gerenciais e administrativos.

Também não se pode descartar a possibilidade de alguns itens fracassarem por falta de oferta de preços, por exemplo itens com quantidade estimada mais baixa, de forma que a Administração restaria prejudicada sem a possibilidade de executar partes do projeto de sinalização.

A empresa poderá subcontratar os serviços de montagem, instalação e pintura (recomposição).

A contratação em tela requer exclusividade devido à especificidade do projeto de comunicação visual desenvolvido para atender às necessidades institucionais.

O projeto inclui requisitos técnicos e estéticos personalizados, como materiais, dimensões e cores, que garantem a padronização visual em todas as dependências do Tribunal.

Essa exclusividade é essencial para assegurar a qualidade e uniformidade na instalação dos itens, evitando discrepâncias que possam comprometer a funcionalidade e a estética da sinalização.

Além disso, a centralização da contratação facilita o controle e a fiscalização, garantindo que o fornecedor atenda integralmente às especificações estabelecidas. Por fim, as características do projeto são exclusivas ao Poder Judiciário do ES e não são aplicáveis a outros órgãos sem adaptações significativas, justificando a restrição de participação de outras entidades no processo de registro de preços.

Não haverá necessidade de transição contratual de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas.

#### **4- LEVANTAMENTO DO MERCADO:**

O manual de sinalização visual será cotado no mercado local e regional para fins de realização de uma pesquisa de fornecedores disponíveis no mercado para verificar se atenderão as demandas existentes.

Através dessa cotação será possível avaliar se as especificações pretendidas e quantitativos levantados mostraram-se os mais adequados para atendimento das demandas de sinalização visual. Essa consulta ao mercado permitirá checar se as especificações propostas no projeto de sinalização visual estão de acordo com os usos mais comumente encontrados e se a aplicação de materiais e acabamentos está adequada.

Não há situação específica ou complexidade técnica que justifiquem a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

#### **5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A empresa contratada deverá fornecer e instalar elementos de sinalização (totens, placas, adesivos e correlatos) no padrão do manual de comunicação visual do Poder Judiciário do Espírito Santo, a ser disponibilizado como anexo do Edital previamente à publicação.

O local de execução dos serviços contemplará os estacionamento, as áreas externas e os prédios das unidades judiciárias.

Desenvolvimento de manual de sinalização visual específico para o Poder Judiciário, objetivando a manutenção de uma unidade estética em todas as unidades judiciárias.

Eventualmente poderão ser solicitadas sinalizações avulsas para outras localidades, situação em que a obrigação de instalação não será da Contratada, cabendo somente a fabricação, fornecimento e entrega dos itens em local a ser indicado por servidores da Secretaria de Engenharia, em Vitória.

Os serviços deverão seguir as normas técnicas aplicáveis, serem empregados somente materiais de qualidade. As indicações de marca constantes da listagem são meramente referenciais de qualidade e especificação, serão admitidos materiais de qualidade equivalente ou superior, de quaisquer marcas, desde que comprovadas.

Não serão admitidos elementos soltos, mal afixados, mal colados, desalinhados, desnivelados, com rebarbas, com arestas vivas, pontiagudas ou demonstrando desleixo de produção ou montagem.

A fiscalização registrará as ocorrências e solicitará o refazimento dos serviços, deixando de realizar o pagamento até que a situação se resolva.

A empresa poderá propor alternativas para os modos de fixação, desde que verificada a estabilidade estrutural pela Fiscalização em protótipo/piloto apresentado e que a Contratada garanta a qualidade da instalação e mantenha os prazos de garantia prestada pelos serviços. As impressões deverão seguir estritamente as cores indicadas nos arquivos vetorizados fornecidos, padrão CMYK ou Pantone, conforme o caso.

Os prazos de execução (inclui produção, fornecimento e instalação) dos itens contratados, conforme estipulado a seguir:

Quantidade de 1 a 500 placas até 30 dias.

Quantidades de 500 a 1000 placas até 45 dias.

Quantidades acima de 1000 placas entre 60 a 90 dias.

Os elementos de sinalização serão instalados nas posições identificadas em projeto ou, em casos específicos, indicadas pelo Contratante. Os sistemas de fixação serão os indicados ou superiores, desde que aprovados pelo Contratante.

As sinalizações que contiverem redação específica da organização interna do Tribunal e dos fóruns, como nomes de ambientes, das unidades ou de pessoas deverão ser submetidas a aprovação previamente à sua produção, para evitar erros de grafia.

A identificação de erros de tonalidade, coloração, espaçamentos, fontes e similares sujeitará a Contratada a produção de novo elemento corrigido, às suas expensas.

A instalação de adesivos e placas coladas deverá possuir garantia mínima de 3 meses para. A instalação de placas fixadas por outros meios deverá possuir garantia de 12 meses.

Os totens deverão apresentar garantia de 36 meses. O prazo para refazimento durante a execução será de 3 dias.

Prazo para prestação da garantia: 5 dias

A medição será em única parcela nos serviços com prazo de execução de até 30 dias, e mensal nos serviços com prazo de execução superior a 30 dias ou mediante conclusão antecipada, o que ocorrer antes. A conclusão deverá ser comunicada pela Contratada e os serviços aprovados pelo Contratante, o qual procederá com recebimento provisório em até 10 dias e definitivo em 30 dias, para cada empenho / ordem de serviços. O pagamento seguirá as regras usualmente empregadas nas demais contratações deste Tribunal em relação ao prazo e condições de pagamento.

O edital deverá prever possibilidade de prorrogação da ata de registro de preços nos termos da lei.

Não será admitido o fornecimento parcial dos itens previstos (cotação de quantidade inferior à total prevista), tendo em vista que esta situação para o presente caso é desvantajosa para a Administração pelos mesmos motivos apresentados em relação ao não parcelamento da solução.

O critério de seleção do fornecedor será aquele que atender os requisitos do Edital e apresentar menor preço global em sua proposta.

#### 6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas foram feitas a partir de levantamento de quantitativos de placas de sinalização visual por unidade judiciária. O método de levantamento utilizado será a aplicação das placas, letreiros e totens do manual de sinalização visual do Tribunal de Justiça nas plantas baixas de cada uma das edificações que abrigam os fóruns e demais unidade administrativas. Cada unidade terá uma planta baixa correspondente, por pavimento, indicando o local de instalação e a quantidade de cada uma das placas necessárias.

O total por unidade apresentado em planilha, Anexo II, por se tratar de estimativa poderá variar para mais ou para menos quando da execução dos serviços devido as mudanças de layout que ocorrem com frequência nas unidades judiciárias.

| PLANILHA SINALIZAÇÃO VISUAL - TIPOS DE PLACA |   |               |               |
|--|---|---------------|---------------|
| Item   | Tipos de sinalização  | Quant. Mínima | Quant. Máxima |
|  | <b>PLACAS EXTERNAS</b>  |               |               |
| 01   | Letreiro de Inox ou Alumínio Composto   | 1             | 80            |
| 02   | Placa de chão para direcionamento . TOTEM VERTICAL EXTERNO GRANDE PORTE                       | 1             | 25            |
| 03   | Placa de chão para direcionamento . TOTEM VERTICAL EXTERNO MÉDIO PORTE                        | 1             | 100           |
| 04   | Placa de chão para direcionamento . TOTEM VERTICAL EXTERNO PEQUENO PORTE ESTACIONAMENTO       | 1             | 100           |
| 05   | Placa de chão para direcionamento . TOTEM VERTICAL EXTERNO PEQUENO PORTE ENTRADA/BICICLETÁRIO | 1             | 100           |
| 06   | Placa de chão para direcionamento . TOTEM HORIZONTAL EXTERNO                                  | 1             | 100           |
| 07   | Placa limite de altura - Acesso de veículos   | 1             | 100           |

|    |  |   |      |
|----|--|---|------|
| 08 | Placa de perigo  | 1 | 100  |
| 09 | Placa direcionamento de vagas  | 1 | 1250 |
|    | <b>PLACAS INTERNAS</b>   |   |      |
| 10 | Placa recepção   | 1 | 150  |
| 11 | Placa de parede direcional   | 1 | 500  |
| 12 | Placa para direcionamento de andar. TOTEM VERTICAL INTERNO                       | 1 | 150  |
| 13 | Placa de porta de sala   | 1 | 5000 |
| 14 | Placa de parede média (1 cor OU 2 cores)   | 1 | 5000 |
| 15 | Placa de parede grande (1 cor OU 2 cores)  | 1 | 1000 |
| 16 | Placa de armário de togas  | 1 | 400  |
| 17 | Placa de andar   | 1 | 500  |
| 18 | Placa de inauguração   | 1 | 80   |
| 19 | Placa para corrimão em braille   | 1 | 2500 |
| 20 | Placa de parede com braille  | 1 | 500  |
| 21 | Placa tipo bandeira (2 FACES)  | 1 | 500  |
| 22 | Placa higiene para sanitário   | 1 | 2000 |
| 23 | Placa de mesa em L   | 1 | 300  |
| 24 | Placa de mesa deslizante   | 1 | 400  |
| 25 | Faixa em película adesiva para vidro (puxe empurre)                              | 1 | 150  |
| 26 | Faixa em película adesiva para vidro Logo TJES                                   | 1 | 150  |
| 27 | Mural de avisos  | 1 | 350  |
| 28 | Película adesiva Atendimento Preferencial  | 1 | 800  |
| 29 | Película adesiva para cadeira pessoa obesa                                       | 1 | 200  |
| 30 | Sinalização adesiva de chão para demarcação de espaço reservado                  | 1 | 200  |
| 31 | Sinalização com velcro de chão para carpete para demarcação de espaço reservado. | 1 | 10   |

|              |  |           |              |
|--------------|--|-----------|--------------|
| 32           | Película adesiva para sinalização de área interna                  | 1         | 5000         |
| 33           | Plotagem colorida de alta definição                                | 1         | 5000         |
| 34           | Capa para assento preferencial                                     | 1         | 200          |
| 35           | Pedestal de chão acrílico para folder A4 30x21cm vertical          | 1         | 100          |
| 36           | Acrílico formato A4  | 1         | 200          |
| 37           | Sinalização horizontal para demarcação de vagas reservadas Adesivo | 1         | 100          |
| 38           | Sinalização horizontal para delimitação de vagas Velcro            | 1         | 100          |
| 39           | Placa livre ocupado  | 1         | 1000         |
| <b>TOTAL</b> |  | <b>39</b> | <b>34495</b> |

#### **7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado foi construído a partir de quantitativo levantado em projeto e no valor de uma cotação de preço de mercado, totalizando R\$13.292.300,00. (treze milhões, duzentos e noventa e dois mil e trezentos reais).

#### **8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Considerando que no parágrafo 1º, do art. 47 da Lei 14.133/21 estabelece que na aplicação do princípio do parcelamento deve-se considerar a responsabilidade técnica; o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens de redução de custos; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Considerando-se que os locais a serem atendidos são todas as unidades judiciárias do Estado do Espírito Santo, em virtude da grande quantidade de serviços demandados e a necessidade de assegurar o mesmo padrão de acabamento, visto que se trata da identidade institucional do órgão.

Considerando que a contratação em tela requer exclusividade devido à especificidade do projeto de comunicação visual desenvolvido para atender às necessidades institucionais do PJES.

O projeto inclui requisitos técnicos e estéticos personalizados, como materiais, dimensões e cores, que garantem a padronização visual em todas as dependências do Tribunal.

Essa exclusividade é essencial para assegurar a qualidade e uniformidade na instalação dos itens, evitando discrepâncias que possam comprometer a funcionalidade e a estética da sinalização.

Além disso, a centralização da contratação facilita o controle e a fiscalização, garantindo que o fornecedor atenda integralmente às especificações estabelecidas.

Por fim, as características do projeto são exclusivas ao PJES e não são aplicáveis a outros órgãos sem adaptações significativas, justificando a restrição de participação de outras entidades no processo de registro de preços.

Não é vantajoso parcelar a contratação porque envolve mão de obra especializada de com requisitos específicos e sua divisão prejudica a integridade do conjunto e eleva desproporcionalmente os preços.

Mesmo que o parcelamento estimule a competitividade, permitindo que mais licitantes participem, existe a necessidade de um resultado final de sinalização padronizado que não se pode garantir com o fracionamento da sinalização em lotes por diferentes fornecedores.

O não parcelamento favorece a integridade e eficácia da comunicação visual como um todo uniformizado, bem como favorece a economia de escala quando concentra em um único fornecedor uma quantidade maior de placas reduzindo seu custo de produção.

A contratação de um único fornecedor se propõe a coerência visual em todos os locais, evitando discrepâncias e melhorando a funcionalidade e estética da sinalização. No caso concreto, o parcelamento pode levar à perda da responsabilidade técnica, baixa qualidade de acabamento e inexecução parcial ou total devido à pluralidade de prestadores.

O não parcelamento justifica-se pela padronização, qualidade e uniformidade, facilidade de controle e fiscalização, risco de descaracterização do objeto, preços e economicidade, planejamento e integração.

A padronização da sinalização em termos de materiais, dimensões, cores e tipos de sinalização, garantindo uma identidade visual consistente em todos os locais.

A qualidade e uniformidade serão alcançadas se todos os elementos da sinalização forem fornecidos por um único fornecedor minimizando o risco de diferenças de qualidade entre os materiais e produtos, garantindo a eficiência da sinalização.

A facilidade de controle e fiscalização é alcançada de a contratação for centralizada garantindo que o mesmo fornecedor atenda às especificações estabelecidas, o que é essencial para garantir a qualidade e a conformidade do projeto.

O risco de descaracterização do objeto pode ocorrer se o objeto for parcelado tornando-o mais complexo e difícil de gerenciar, o que pode comprometer a qualidade e o resultado final.

O melhor preço e a economicidade serão atingidos com a contratação de um único fornecedor pode se apresentar mais econômica do que a divisão em lotes, especialmente se considerados custos de transição, coordenação e logística envolvidos.

O planejamento e integração de todos os componentes através da contratação de um único fornecedor evita conflitos e garantem a harmonia do projeto de sinalização visual, o qual envolve vários elementos interconectados (como placas, totens, letreiros, adesivos, etc.)

Visto as justificativas apresentadas compreende-se como mais vantajoso para Administração alcançar o propósito da contratação que a mesma empresa execute a sinalização visual em lote único.

O não parcelamento do objeto não restringe a competição porque será realizada ampla pesquisa de mercado para obtenção de proposta mais vantajosa, com possibilidade de qualquer empresa, com as devidas qualificações, apresentar proposta de sinalização visual satisfatória e compatível ao objeto almejado pela Administração.

Portanto, o objeto desta contratação não será parcelado.

## **9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Observando-se a importância de identificar as contratações correlatas e interdependentes levou-se em consideração o conjunto de contratações que podem impactar e serem impactadas pela solução planejada.



A contratação correlata a esta contratação trata-se do processo SEI 7008713-74.2022.8.08.0000 em que a empresa de manutenção predial poderá prestar o serviço de retirada de placas com recomposição civil da edificação de portas e paredes.

Não foram identificadas contratações interdependentes.

#### **10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

De acordo com o Planejamento Estratégico 2021– 2026, definido para este egrégio Tribunal de Justiça e aprovado através da Resolução TJES nº 12/2021, dentro do Macrodesafio CNJ 09: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária, o principal objetivo desta Secretaria de Engenharia é “dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais”.

Assim, a presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico 2021 – 2026, uma vez que visa dotar o espaço existente de sinalização visual necessária para identificação das atividades realizadas no Poder Judiciário do Espírito Santo.

#### **11- RESULTADOS PRETENDIDOS**

Manter os ambientes bem identificados e sinalizados conforme os padrões mais modernos do projeto de sinalização;

Manter atualizada a orientação espacial interna dos espaços físicos e rotas de acesso;

Garantir uniformidade do uso da marca e identidade visual no âmbito do Poder Judiciário do ES;

Promover ambiente agradável e bem sinalizado, com aspectos modernos compatíveis com a importância da Justiça;

#### **12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

A administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Elaboração do manual de sinalização visual pela Assessoria de Comunicação Institucional em parceria com a Secretaria de Engenharia.
- Estimativa do quantitativo de placas e o método de avaliação das mesmas pela Secretaria de Engenharia,
- Definição de quais unidades serão atendidas e qual a ordem de prioridade de atendimento pela Secretaria de engenharia.
- Aprovação pela Administração para que estejam alinhados com o Planejamento Estratégico.
- Definição dos servidores que farão parte da fiscalização e gestão contratual.
- Alinhamento das informações e conhecimento do manual pelos servidores envolvidos na elaboração dos manuais, documentos técnicos, gestão e fiscalização do contrato.

#### **13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

Os possíveis impactos ambientais dizem respeito à sustentabilidade dos materiais empregados na confecção das placas de sinalização visual, o descarte adequado dos resíduos de fabricação das peças e a segurança das pessoas envolvidas no processos de produção e instalação do objeto pretendido.

As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

- b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- c) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- d) dar preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- e) optar por materiais de maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) executar os serviços em conformidade com as normas de segurança e em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

#### 14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando os aspectos mencionados neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento da contratação declara que o presente planejamento atende às demandas da Administração, que os benefícios são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, motivo pelo qual declara ser viável a contratação pretendida.

#### 15- ANEXOS

Anexo I- Manual de Sinalização

Contém especificações técnicas de materiais acabamentos, dimensões, formas e orientações de instalação.

Anexo II - Planilha de quantidades

Contém estimativa de quantitativo de placas por unidade judiciária

Anexo III - Checklist de Amostras

Contém critérios objetivos gerais e específicos de cada uma das amostras a serem exigidas da empresa vencedora da licitação.

#### 16- RESPONSÁVEIS

Amina Rocha Moreira - Analista Judiciária. Apoio Especializado: Arquitetura.

Matrícula: 20986554

armoreira@tjes.jus.br



Documento assinado eletronicamente por **AMINA ROCHA MOREIRA, ANALISTA JUDICIARIO AE ARQUITETURA**, em 04/08/2025, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2743265** e o código CRC **692419CB**.